

MILSTEIN, D.; MENDES, H. *La escuela en el cuerpo: estudios sobre el orden escolar y la construcción social de los alumnos en escuelas primarias*. Madrid: Unigraf S. L. Mósteles, 1999.

Cristina Carta Cardoso de Medeiros*

Resultado de um trabalho de investigação no cotidiano da escola, o livro de Milstein e Mendes se propõe analisar os processos de corporização da ordem escolar em crianças que iniciam a educação infantil. Sob o alicerce da teoria social crítica e baseado em um amplo trabalho de campo de perspectiva etnográfica, no qual se recorreu aos aportes teóricos de Elsie Rockwell e seus colaboradores, a obra aborda o disciplinamento do corpo na escola, contribuindo para ampliar, de maneira reflexiva, as discussões sobre esta questão ainda pouco explorada na Argentina, país onde se realizou a pesquisa.

Com vistas a realizar uma análise sobre os processos escolares que contribuem para a reprodução social e cultural, os autores utilizam a categoria corpo para compreender as estruturas de dominação que reproduzem formas específicas de desigualdade, poder e controle; e as possibilidades críticas de práticas escolares que favorecem a emancipação dos sujeitos e a transformação da sociedade.

Entendendo que no corpo se inscrevem disposições, esquemas e matrizes, bem como regras e normas que não se explicitam e que são significadas nas práticas sociais, Milstein e Mendes recorrem principalmente às teorizações de Pierre Bourdieu, desvelando o trabalho constante e intenso nos corpos para a produção de um corpo/sujeito social escolar, que se constitui a partir da imposição de convenções culturais dominantes, bem como da inscrição do arbitrário cultural escolar na ordem escolar.

A categoria teórico-analítica *arbitrário cultural escolar dominante* retoma e reelabora a definição de Bourdieu sobre arbitrário cultural, categoria

* Professora Auxiliar do Departamento de Educação Física – UFPR, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPR. E-mail: cristinamedeiros@netpar.com.br

básica de sua teoria da violência simbólica. O termo “arbitrário” chama a atenção para as relações de força que sustentam a cultura escolar. O termo “dominante” pretende delimitar as práticas escolares em correspondência com a legitimação da estrutura social, sendo que uma das características fundamentais da ordem escolar consiste neste conjunto de significados vinculados às condições de reprodução.

A relevância de trabalhar com o *arbitrário cultural escolar dominante*, enquanto categoria social, é destacada quando se pensa que esta se forma a partir de um conjunto de pressupostos tácitos, não explicitados. Afirmam Milstein e Mendes que a compreensão do corpo é essencial para significar aspectos das regularidades, coerências e/ou conflitos das práticas sociais, porque permite relacionar dialeticamente as condições sociais historicamente determinantes com as condições sociais em que elas se manifestam, uma vez que o corpo guarda o passado social e o atualiza nas situações presentes, produzindo respostas relativamente ajustadas e oportunas em momentos distintos e lugares em que atua.

Destaca-se ainda, nesta primeira parte, as abordagens que estabelecem vínculos distintos entre corpo e educação escolar, ou seja, corpo/saúde, corpo/aprendizagem cognitiva e corpo/comunicação.

No capítulo II, os autores abordam o tempo e o espaço como construções sociais que materializam práticas e relações sociais fazendo parte da reprodução do arbitrário cultural dominante. Afirmam, também, a importância de compreender estes dois elementos como o sustentáculo das práticas escolares, uma vez que os corpos/sujeitos são impelidos a atuar em tempo e espaços construídos, sendo-lhes solicitada a incorporação do espaço/tempo simbólico em que a duração das atividades e o limite dimensional em que estas ocorrem são convencionados. Segundo os autores, este fato impõe à escola um ritmo unísono.

O jogo escolar, como um chamado à ordem, é tratado na terceira parte da obra, afirmando que até mesmo uma atividade que tem intenção lúdica revela igualmente a finalidade de incorporar hábitos de ordem e disciplina, gerando assim um efeito divergente. Na educação infantil, o jogo escolar é uma das atividades propostas pelos professores em que o conflito se estabelece por tornar-se mais uma tarefa que busca a produção da subjetividade do sujeito adaptado e “normal” e o controle do imaginário das crianças, como aspectos-chaves de sua socialização. O conflito também é confirmado em depoimentos dos professores que questionam as possibilidades metodológicas do jogo na escola, quando se perguntam se o jogo na escola é realmente um jogo, já que se espera que os conteúdos sejam ensinados, respeitando os interesses e

necessidades das crianças e, ao mesmo tempo, devem-se inculcar hábitos de ordem e disciplina que não são compatíveis com situações de brincadeira.

Assim, quando os jogos são aplicados se tornam desinteressantes para os alunos e atividade frustrante para os professores. Esta reformulação do jogo com objetivo de “desinfantilizar” suas regras deve-se ao fato do jogo, como atividade natural das crianças, ser interpretado como pouco significativo em comparação com as práticas sociais da vida adulta.

O capítulo IV trata da estética escolar e como esta legitima o conjunto de normas e regras que devem ser assimiladas pelos alunos como parte de sua adaptação à vida escolar e social. Segundo os autores, esta legitimação efetiva-se a partir da estetização escolar, que inclui sujeitos e objetos escolares como parte do processo de reprodução das condições que tornam possível o trabalho pedagógico e que reforçam o significado da instituição escolar como autoridade pedagógica. Destaca-se, igualmente, que a internalização de predisposições estéticas é, em grande parte, corporizada, implicando efeitos específicos na construção da identidade dos sujeitos.

A escolarização do corpo e a moralização da ordem estão no capítulo V, apontando que a ordem escolar aparece como um acordo fundamental que embasa e traz a valoração das situações cotidianas da vida escolar. O que não acontece dentro das situações de normalidade, segundo estes valores, é tratado como “desordem”, deixando clara a existência de limites que, uma vez ultrapassados, exigem o restabelecimento da ordem, regulando as ações e interações escolares. Milstein e Mendes afirmam que a maior parte das regras e outros significados que conformam a ordem escolar não estão objetivadas e codificadas e também não fazem parte do que se ensina nos cursos de formação de professores. Esta idéia reforça a compreensão da existência do conjunto de disposições não explicitadas que se dão em processos de reprodução e que são determinadas pelo arbitrário cultural escolar dominante, não enquanto regras, mas instaladas implicitamente nos modos adequados de agir, pensar, falar e sentir na escola.

Na última parte da obra, no capítulo VI, Milstein e Mendes reforçam o pressuposto de que, a noção de ordem escolar acontece segundo o conjunto de convenções conformadas pelo arbitrário cultural escolar dominante, atestando que muitas destas convenções não possuem o formato explicitado das regras, que são pontuais e se referem a situações específicas.

O livro finaliza retomando os conceitos de *arbitrário* e de *reprodução social*. Destaca a noção da ordem social garantida pela autoridade das instituições do Estado, bem como explica as relações entre a ordem escolar e a ordem social. Estas não são extremos de uma mesma cadeia, em que de um

lado está o mundo da escola e, do outro, o mundo da sociedade civil e do Estado. Ainda que sejam relações distintas, ambas são definidas segundo um mesmo arbitrário cultural dominante. Deste modo, segundo os autores, uma não deriva da outra: ambas derivam de um conjunto de significados produzidos e reproduzidos, para dotar de legitimidade as relações de dominação e exploração. A partir desta matriz comum, mediante a qual se reproduzem percepções, sentimentos e valorações da vida social em termos de ordem e de desordem, surgem semelhanças, e sobre essa base, de experiências da ordem vivida nos âmbitos escolares e não escolares, tais relações podem realimentar-se e potencializar-se reciprocamente.

Na escola, o trabalho pedagógico sobre o corpo faz parte da construção de sujeitos adaptáveis a uma estrutura social e marca para a vida adulta fornecendo o sentido da ordem previamente inscrita nos corpos, sendo uma das condições necessárias para a efetivação da reprodução social.

Neste livro, portanto, Milstein e Mendes discutem, a partir da experiência de pesquisar o cotidiano da escola, como o corpo internaliza os saberes e normas que farão a adequação do sujeito social com vistas à reprodução. Atestam como este indivíduo é formado por práticas que o ajustam e apontam a contribuição das práticas pedagógicas neste processo de corporização, o que pode estar resumido em uma frase de Bourdieu apropriada por Milstein e Mendes (1999, p. 20) em que se afirma que “o que se aprende no corpo [...] é algo que se é”.

Texto recebido em 27 de nov. 2002

Texto aprovado em 27 dez. 2002